

Envelhecimento da população brasileira e migrações

Morvan de Melo Moreira (*)

RESUMO

A população brasileira experimentou uma das mais rápidas e intensas reduções observadas na segunda metade do século XX. Enquanto no decênio de 1960, o crescimento populacional brasileiro era da ordem de 3,0% ao ano, nos anos 90 a fecundidade já teria declinado em todas as regiões brasileiras e reduziu-se para 1,6% ao ano. Este quadro é retratado nesse trabalho numa perspectiva de colaborar para as políticas públicas que serão implementados no setor e para se compreender as mudanças que afetam a realidade brasileira do período de incorporação ao processo de globalização.

ABSTRACT

The Brazilian population experimented one of the the most rapid and intense reductions observed in the second half of the 20th century. Whereas in the 1960's the population growth was to the order of 3,0% per year, in the 90's this number declined in all of the country's regions to the order of 1,6%. This phenomena is shown in a perspective of collaboration with public policy which will be implemented in the sector and to comprehend the changes that affect the Brazilian reality in this period of incorporation into the process of globalization.

Palavras-chave: envelhecimento, migração, população brasileira

Keywords: Aging, Migration, Brazilian Population.

Introdução

Entre os países mais populosos do mundo, o nível de reprodução da população brasileira experimentou uma das mais rápidas e intensas reduções observadas na segunda metade do século XX. A Taxa de Fecundidade Total (TFT) reduziu de um patamar de 5,8 filhos por mulher, em meados dos anos 60 (Carvalho, 1978), para 2,3 filhos por mulher, na segunda metade dos anos 90 (IBGE, 2001). Projeta-se que a fecundidade brasileira atingirá o nível de reposição (em torno de 2,1 filhos por mulher) neste quinquênio 2000-2005, quando, então, hipotetiza-se que se estabilizará em tom de este valor (IBGE, 1997).

Uma das conseqüências mais flagrantes do declínio da fecundidade brasileira é a redução na taxa de crescimento demográfico. No decênio de 1960, quando a fecundidade começa a declinar, o crescimento populacional brasileiro era da ordem de 3,0% ao ano. Nos anos 90 a fecundidade já teria declinado em todas as regiões brasileiras e a taxa de crescimento populacional, entre 1991/2000, reduziu-se para 1,6% ao ano. Com a estabilização da fecundidade ao nível da reposição, projeta-se que entre 2000 e 2050 a população brasileira aumentaria a uma taxa média próxima de 0,7% ao ano.¹

Uma dos resultados adicionais da redução da fecundidade, aos níveis e velocidade com que ocorreu, é que, por exemplo, apenas entre 1980 e 2000, estima-se que deixaram de nascer, aproximadamente, 35 milhões de crianças no Brasil, e que em torno de outros 35 milhões nasceriam entre 2000 e 2010, caso os níveis de fecundidade de 1980 tivessem permanecido constantes desde então.

Como resultado do declínio da fecundidade, e considerando o impacto da mortalidade, “faltam” aproximadamente 19 milhões de jovens abaixo de 20 anos em 2000. Por outro lado, entre 1980 e 2000, 42 milhões de pessoas aumentaram a população entre 15 e 64 anos de idade e 4 milhões de pessoas acima de 65 anos ampliaram o contingente de idosos brasileiros. Tão profundas variações no crescimento absoluto e relativo dos grupos etários impõem profundas modificações estruturais na composição etária brasileira. Elas são de

uma intensidade tal que, entre 1950 e 2050, a população acima de 60 aumentará de 1,6 milhões de idosos para 44 milhões, ampliando a sua participação no total da população brasileira de 3% para 17,9%. Tão ou mais significativa é a redução a ocorrer entre a população menor de 15 anos, que declina de 41,6%, em 1950, para 19,9%, em 2050, apesar de ampliar-se de 23 milhões para 49 milhões no período. (United Nations, 2001).

Considerando o conjunto de países mais populosos do mundo, tão significativas mudanças na estrutura etária brasileira, entre 1950-2050, resultarão em que o Brasil apresentará o quarto mais intenso processo de envelhecimento populacional

Sem deixar de lado a contribuição dos idosos para o bem estar familiar e as transferências intergeracionais de renda que fluem dos mesmos para os mais jovens, tão expressiva variação no número absoluto dos idosos e, concomitantemente, tão significativa expansão de sua participação no conjunto da população brasileira, sugerem que os idosos terão importantes papéis no cenário nacional. Tais papéis não se restringirão apenas em termos de força política representada pelo contingente eleitoral que constituirão, mas, também, como um mercado consumidor de elevada dimensão, com características muito próprias em termos de bens e serviços demandados, assim como os mesmos serão demandadores de serviços sociais, principalmente os associados à saúde, que são de custos elevados, por envolverem cuidados médicos exigindo procedimentos custosos e internamentos hospitalares de longa duração. Ademais, o envelhecimento populacional constitui um elemento central no desequilíbrio previdenciário. Adicionalmente, é possível que venham a se ampliar os movimentos migratórios dos idosos.

Neste trabalho, o objetivo central é chamar a atenção para o processo de envelhecimento da população brasileira e, secundariamente, suscitar questões que apontem a necessidade de se ter em conta o envelhecimento populacional e incluir tal movimento na pauta dos estudos de migração, uma vez que, com a ampliação da população idosa, as questões da mobilidade dessa população assumirão papel relevante no cenário nacional.

¹ Uma população que cresce a 3,0% ao ano demanda, aproximadamente, 23 anos para dobrar; se aumenta a 1,6% ao ano, duplica a cada 43 anos, e, se amplia a 0,7% ao ano, necessita 100 anos para dobrar.

Envelhecimento populacional

O envelhecimento populacional resulta do aumento do peso relativo dos idosos no total da população. Esta ampliação da participação dos idosos poderá decorrer de uma redução na participação relativa dos jovens – envelhecimento pela base, ou de um aumento real da população idosa superior ao da população jovem – envelhecimento pelo topo. Uma medida mais adequada do envelhecimento populacional deveria incorporar variações em ambos os grupos etários, de forma a evitar as dificuldades inerentes a uma definição de envelhecimento baseada exclusivamente no que ocorre com a população idosa. O Índice de Idosos incorpora este requisito de contabilizar, simultaneamente, as variações no dois grupos etários que regem o processo de envelhecimento e apresenta as características adicionais de ser analiticamente simples, de mais fácil interpretação, de alta sensibilidade às variações na distribuição etária, conforme sugere Moreira (1997). O Índice de Idosos é calculado como a razão entre a população idosa e a população jovem, sendo considerada como idosa a população de 65 anos e mais e população jovem, a população de menos de 15 anos:

$$\text{Índice de Idosos} = II = \frac{\frac{w P_{65+}}{P}}{\frac{w P_{15-}}{P}} = \frac{w P_{65+}}{w P_{15-}} \times 100, \text{ onde, } w P_{65+} \text{ é a}$$

população de 65 anos e mais; $w P_{15-}$ é a população menor do que 15 anos e P é a população total.

Envelhecimento da população brasileira

Os dados das Nações Unidas (United Nations, 2001), na Tabela 1, mostram que entre 1950 e 2000, a população brasileira ampliou de 54 milhões para 170 milhões, e deverá alcançar 247 milhões em 2050. No período 1950-2000, a população jovem, os menores de 15 anos, aumentou de 22 para 49 milhões e deverá manter-se em igual número até 2050.

A população idosa, acima de 65 anos, ampliou de 1,6 milhões para 8,7 milhões, entre 1950 e 2000, alcançando 44 milhões, em 2050. Por outro lado, a população em idade ativa, entre 15 e 64 anos, cresceu de 30 para 112 milhões de pessoas e alcançará 154 milhões em 2050.

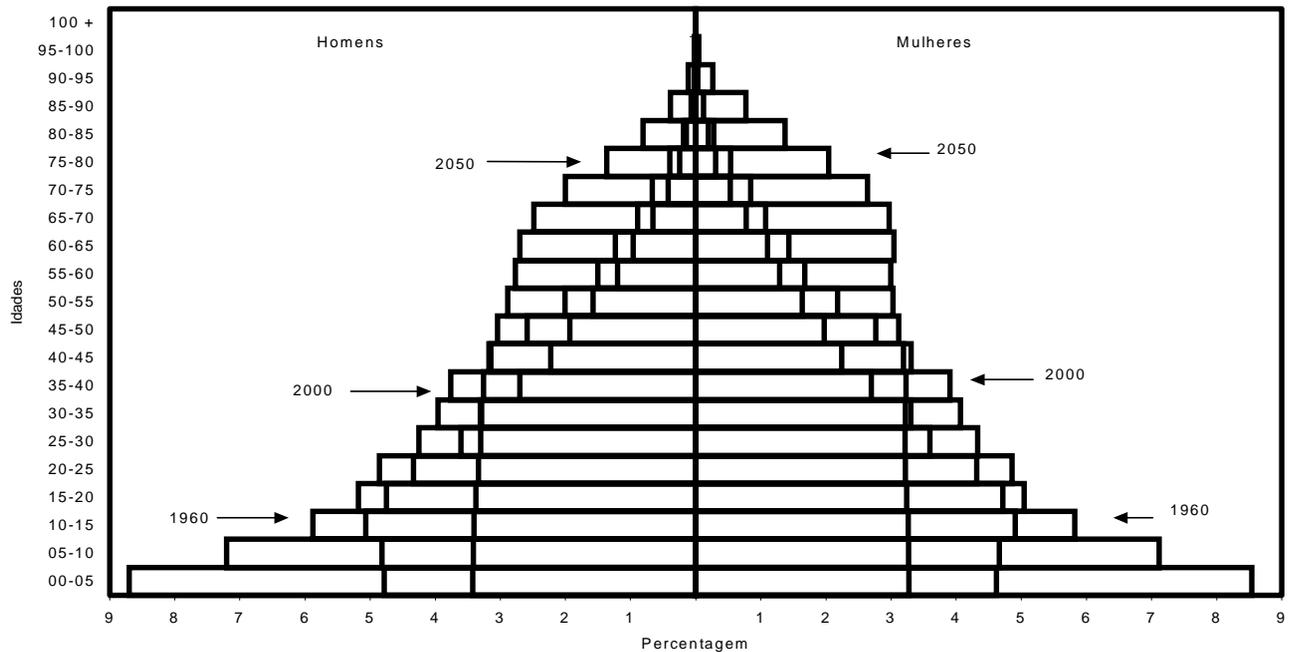
Essas variações nos absolutos populacionais resultarão em uma profunda transformação na estrutura etária relativa, como mostra o Gráfico 1 para os anos de 1960, 2000 e 2050. Simultaneamente, modificar-se-á o nível e a composição da taxa de dependência demográfica, reduzindo a taxa de dependência jovem (população menor de 15 anos em relação à população de 15 a 64 anos) e ampliando a taxa de dependência idosa (população de 65 anos e mais em relação à população de 15 a 64 anos). Também, como resultado das mudanças na composição etária, a idade média da população brasileira, que era de 23,5 anos, em 1950, passou para 28,8 anos, em 2000, e atingiria 39,4 anos, em 2050.

Tabela 1 – Brasil – População por Grupos Etários Seleccionados, Distribuição Percentual, Taxas de Dependência Jovem, Idosa e Total e Idade Média – 1950-2050

Anos	00 - 14	%	15 - 64	%	65 +	%	Total	T D J	T D I	T D	I. idoso	I. Média
1950	22.433	41,6	29.938	55,5	1.606	3,0	53.977	74,9	5,4	80,3	7,2	23,5
1960	31.478	43,3	38.896	53,5	2.383	3,3	72.757	80,9	6,1	87,1	7,6	23,2
1970	40.674	42,4	51.815	54,0	3.532	3,7	96.021	78,5	6,8	85,3	8,7	23,6
1980	46.674	38,1	70.300	57,8	5.055	4,2	121.673	65,9	7,2	73,1	10,9	24,7
1990	51.413	34,8	90.135	60,9	6.391	4,3	147.939	57,0	7,1	64,1	12,4	26,2
2000	49.077	28,8	112.567	66,1	8.762	5,1	170.406	43,6	7,8	51,4	17,9	28,8
2010	48.371	25,3	130.899	68,4	12.174	6,4	191.444	37,0	9,3	46,3	25,2	31,4
2020	48.990	23,3	143.327	68,1	18.260	8,7	210.577	34,2	12,7	46,9	37,3	33,9
2030	48.645	21,5	150.533	66,5	27.318	12,1	226.496	32,3	18,1	50,5	56,2	36,3
2040	48.852	20,5	154.384	64,7	35.438	14,8	238.674	31,6	23,0	54,6	72,5	38,1
2050	49.175	19,9	153.902	62,2	44.167	17,9	247.244	32,0	28,7	60,7	89,8	39,4

Fonte dos dados básicos: United Nations, 2001

Gráfico 1- Brasil – Distribuição etária relativa – 1960-2000-2050



Fonte dos dados básicos: United Nations, 2001

Características do envelhecimento demográfico brasileiro

Dimensão

Quando considerados os 35 países mais populosos do mundo em 2050 ficam claras as diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos quanto aos níveis de envelhecimento populacional mensurados pelo Índice de Idosos, assim como pelo volume das populações envolvidas. A China e a Índia, conjuntamente, terão uma população idosa maior do que a soma daquela dos 9 países mais ricos do mundo. Entretanto, colocar-se-iam como 12º e 24º em termos de Índice de Idosos. Com 49 milhões de habitantes acima de 65 anos, o Brasil, em 2050, coloca-se como o 5º maior contingente de idosos do mundo e o 18º em termos do índice.

Os dados da Tabela 2 mostram os Índices de Idosos para o conjunto dos 35 países mais populosos do mundo em 2000, onde fica evidente que, em 1950, as populações classificadas como envelhecidas são aquelas do continente europeu e que, ao longo do período 1950-2050, a elas se somam os países asiáticos, com destaque para o Japão, a Coreia, a China e a Tailândia.

Tabela 2 – Países Selecionados e Brasil Índice de Idosos-1950-2050

Países	1950	1970	1990	2010	2030	2050
Espanha	26,9	35,0	71,3	140,2	247,7	329,8
Itália	3,14	44,3	96,6	158,5	260,0	314,9
Japão	13,9	29,4	65,1	160,4	252,1	291,2
Alemanha	41,9	59,0	93,0	156,6	223,4	250,0
Ucrânia	27,9	36,6	56,6	118,3	170,2	220,8
Fed.Russa	21,4	28,9	43,7	94,9	167,2	205,2
Reino Unido	48,0	53,3	82,1	105,6	157,8	183,2
Pôlonia	17,8	30,6	40,0	87,8	149,7	176,6
França	50,1	51,8	69,1	93,3	146,9	166,9
R.daCoreia	7,3	7,8	19,4	55,5	124,2	166,1
Canadá	25,9	26,0	54,1	86,0	142,2	148,2
China	13,4	10,8	20,1	40,1	90,8	139,3
Tailândia	7,1	6,5	13,6	28,0	71,7	122,7
Estados Unidos	30,6	34,7	56,5	66,5	109,2	113,4
México	10,6	9,2	10,3	20,7	49,3	96,4
Turquia	8,6	10,7	12,2	24,6	50,2	91,8
Argentina	13,8	23,7	29,2	39,8	63,9	90,4
Brasil	7,2	8,7	12,4	25,3	56,3	89,8
Vietnã	11,4	9,8	12,4	20,8	44,4	86,4
Indonésia	10,1	7,2	10,8	23,7	44,3	82,4
Argélia	10,9	8,6	8,5	15,1	38,2	82,2
Myanmar	8,6	9,0	11,4	18,6	41,2	80,6
Colômbia	7,4	7,4	11,9	19,0	46,6	79,8
Índia	8,6	9,0	11,9	19,9	42,4	75,1
Irã	13,7	7,5	7,8	14,8	34,2	73,1
Egito	7,5	10,4	9,6	15,3	37,3	72,1
Filipinas	8,2	5,9	8,6	13,2	33,2	68,5
Blangadesch	9,6	7,7	7,1	10,1	24,0	49,5
África do Sul	9,3	9,3	8,8	14,6	30,3	41,9
Paquistão	14,1	6,8	6,8	9,8	16,7	35,8
Quênia	9,9	8,2	6,1	7,0	15,5	35,4
Tanzânia	4,8	5,1	5,4	6,7	11,4	29,6
Nigéria	5,2	5,5	6,1	7,5	11,9	27,1
Congo	8,7	6,3	6,1	6,9	7,7	14,8
Etiópia	6,8	5,6	6,5	6,9	8,4	13,0

Fonte dos dados básicos: United Nations, 2001

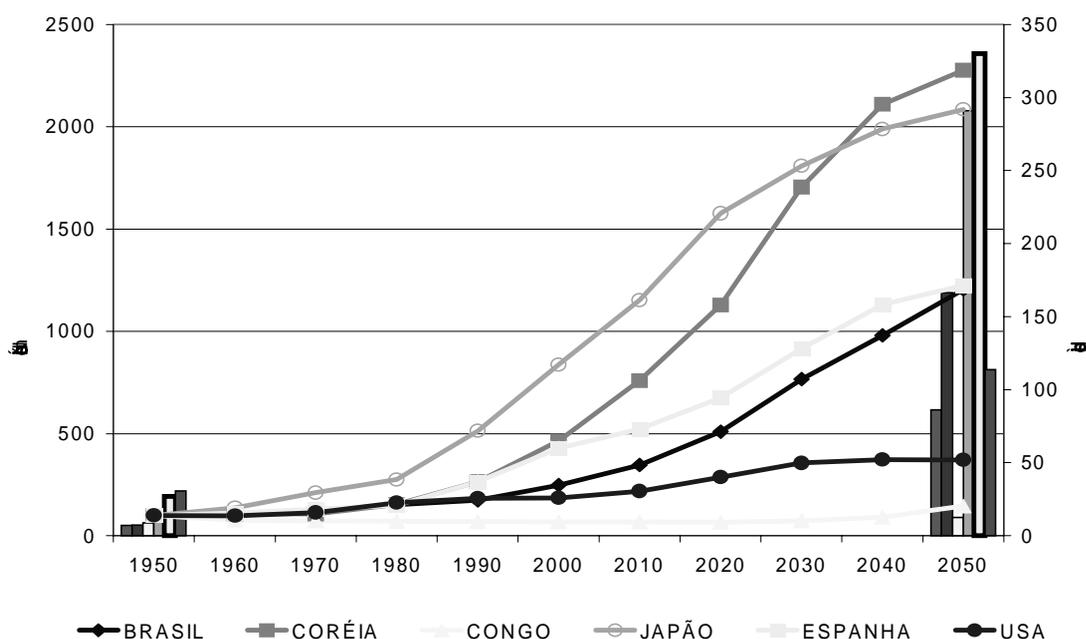
Intensidade

Como consequência da rápida e acentuada redução da fecundidade nacional, o Brasil experimenta um dos mais velozes processos de envelhecimento populacional. Os dados da Tabela 2 mostram que o Índice de Idosos brasileiro passou de 7,2%, em 1950, para 89,2%, em 2050. Comparando a evolução temporal dos índices de idosos dos 35 países mais populosos do mundo em

2000, encontra-se que o envelhecimento brasileiro só é menos intenso do que o da República da Coreia, Japão e Tailândia.

No Gráfico 2 a trajetória do índice de idosos brasileiro é comparada com a da República da Coreia (o mais intenso processo de envelhecimento), Japão, Espanha, e Estados Unidos e a República Democrática do Congo (o mais lento processo de envelhecimento entre os 35 países mais populosos em 2000).

Gráfico 2- Brasil e Países Selecionados – Números Índices de Base Fixa do Índice de Idosos – 1950-2050 (1950 = 100) e Índice de Idosos em 1950 e 2050



Fonte dos dados básicos: United Nations, 2001.

Feminização

O envelhecimento ocorre diferenciadamente por sexo, uma vez que as mulheres apresentam níveis de mortalidade inferiores aos masculinos, desde os primeiros anos de vida. O efeito acumulado do diferencial de mortalidade, somado ao amplo diferencial de mortalidade nas idades mais avançadas, resulta em que as razões de sexo bastante baixas ocorram, mais acentuadamente, nas idades mais velhas, resultando em um amplo processo de feminização do envelhecimento, conforme aponta Moreira (1998).

Os dados da Tabela 3 mostram as amplas diferenças entre a população masculina e feminina idosa, em termos absolutos e relativos, no período 1950-2050. Fica claro o expressivo aumento na participação feminina na população idosa que passa de 55,5%, em 1950, para 58,3% em 2050.

Tabela 3 – Brasil – População Idosa, Participação de cada Sexo, Peso na População Total e Índice de Idosos por Sexo – 1950-2050

Anos	População (em mil)		% total de Idosos		% População		Í. idosos (%)	
	H	M	H	M	H	M	H	M
1950	715	891	44,5	55,5	2,7	3,3	6,3	8,0
1960	1062	1.307	44,8	55,2	2,9	3,6	6,7	8,4
1970	1601	1.899	45,7	54,3	3,3	4,0	7,8	9,4
1980	2.354	2.645	47,1	52,9	3,9	4,3	10,1	11,5
1990	2.881	3.487	45,2	54,8	3,9	4,7	11,1	13,8
2000	3.821	4.941	43,6	56,4	4,5	5,7	15,3	20,5
2010	5.190	6.984	42,6	57,4	5,5	7,2	21,1	29,4
2020	7.700	10.560	42,2	57,8	7,5	9,8	30,8	44,0
2030	11.431	15.887	41,8	58,2	10,3	13,7	46,0	66,7
2040	14.685	20.753	41,4	58,6	12,6	16,9	58,8	86,8
2050	18.423	25.744	41,7	58,3	15,3	20,3	73,3	107,1

Fonte dos dados básicos: United Nations, 2001

Envelhecimento dos Idosos

O aumento da sobrevivência, à medida que os níveis de mortalidade declinam, tende a beneficiar cada vez mais a população idosa, contribuindo para o envelhecimento

da população idosa. Em razão da inércia demográfica, a população brasileira idosa apresenta as mais altas taxas de crescimento entre os principais grupos etários. Esse incremento é tanto maior quanto mais idosa for a população.

Na tabela 4 estão apresentados os contingentes de idosos acima de 65, 70 e 80 anos, e as respectivas participações relativas em relação ao grupo de 65 anos e mais, para o período 2000-2050.

Tabela 4 – Brasil – População Idosa por Grupos Etário-2000-2050

Anos	65 e +	%	70 e +	%	80 e +	%
1950	1.606	100	883	55,0	153	9,5
1960	2.369	100	1.324	55,9	230	9,7
1970	3.500	100	2.069	59,1	39	1,08
1980	4.998	100	2.971	59,4	629	12,6
1990	6.368	100	3.796	59,6	80	1,33
2000	8.762	100	5.394	61,6	1.200	13,7
2010	12.174	100	7.629	62,7	1.877	15,4
2020	18.260	100	11.094	60,8	2.863	15,7
2030	27.318	100	17.253	63,2	4.413	16,2
2040	35.438	100	24.134	68,1	7.094	20
2050	44.167	100	30.606	69,3	10.215	23,1

Fonte dos dados básicos: United Nations, 2001

Os dados mostram que, entre 2000 e 2050, a população com mais de 70 anos ampliará sua participação no contingente de idosos em 7,7 pontos percentuais, aumentando de 61,6% para 69,3%. Tal aumento, no

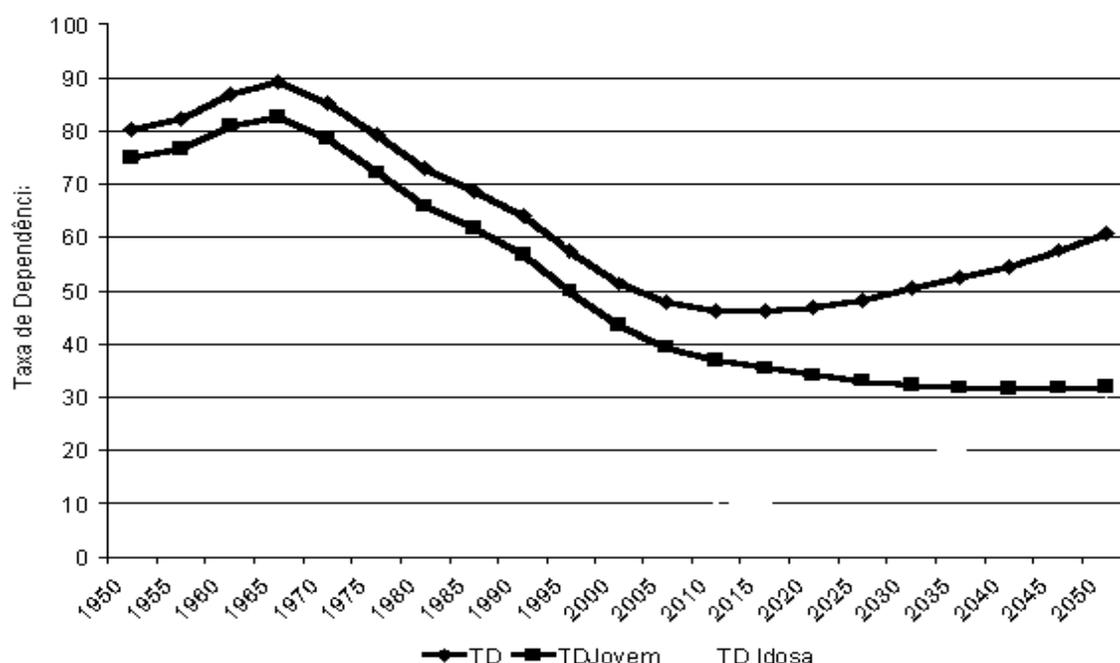
entanto, é menor do que se observará entre a população de 80 anos e mais que ampliará a sua participação em 9,4 pontos percentuais, aumentando em mais de 70% o seu peso entre os idosos.

Razão de Dependência

Moreira (1998) aponta que a evolução diferenciada dos dois grupos etários que compõem a população dependente resulta em uma trajetória da taxa de dependência demográfica, mostrada no Gráfico 3, que é particularmente importante para o planejamento das políticas públicas. A evolução da taxa de dependência, por um amplo período, mostra que a mesma é declinante por um certo período, mas volta a crescer sem, entretanto, superar os níveis históricos anteriores ao início da mudança. Nessa transição ela se modifica de dependência jovem para dependência idosa.

O lapso de tempo no qual a declinante taxa de dependência jovem não é superada pela ascendente taxa de dependência idosa constitui-se em um “bônus demográfico”, que Carvalho e Wong (1995), denominam de “window of opportunity”, por configurar-se como um período no qual as pressões quantitativas impostas pela dependência jovem são menores e as demandas quantitativas dos idosos ainda não crescem com tanta expressividade. Nesse sentido, tal interregno

Gráfico 3 – Brasil – Taxas de Desenvolvimento Total, Jovem e Idosa, 1995-2050



Fonte: Moreira, 1998.

define-se como uma conjuntura favorável à ampliação da cobertura e da qualidade dos serviços que a população jovem demanda e um lapso temporal para a sociedade adequar-se aos desafios que serão impostos pelo crescimento da população idosa.

As diferenças regionais

Conforme Moreira (1998b) chama a atenção, a queda da fecundidade não teve início e nem ocorreu à mesma velocidade nas regiões brasileiras, em que pese, ao longo do processo de redução, terem se atenuado as diferenças regionais de fecundidade. Em função destes diferenciais entre os níveis iniciais e as trajetórias de evolução regionais, o envelhecimento da população brasileira não é regionalmente homogêneo. Para fins de comparação, os dados da Tabela 5 mostram a evolução diferencial do envelhecimento brasileiro em nível regional, tomando-se o nível do Índice de Idosos da Região Norte, em 1950, como base para comparação.

Os resultados mostram que, nos anos 50, o Índice de Idosos do Sudeste era quase $\frac{3}{4}$ maior do que aquele do Centro-Oeste e que a mais lenta trajetória de evolução dos índices no Nordeste e Sudeste contribuem para a manutenção das diferenças regionais ao fim do período (em 2050, o número índice da região Sul ainda é 50% mais elevado do que o da região Norte e Nordeste).

Tabela 5 – Índices de Idosos das Regiões Brasileiras 1950-2050

Anos	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1950	4,7	5,9	6,2	5,6	3,9
1960	4,7	6,6	7,1	5,7	3,9
1970	4,9	7,0	8,9	6,8	4,3
1980	6,0	10,0	12,3	10,6	6,5
1991	7,1	12,8	16,5	15,6	9,3
2000	9,2	11,7	24,0	24,1	13,8
2010	14,1	16,3	32,6	35,3	21,4
2020	22,9	24,2	48,5	53,8	33,9
2030	40,0	41,3	73,2	84,6	56,1
2040	59,7	62,1	89,3	107,0	76,4
2050	84,7	87,6	110,6	129,3	98,4

Fonte: Moreira, 1997.

Envelhecimento e migração – algumas considerações

Uma das razões pelas quais os níveis de envelhecimento da população do Sudeste são mais baixos do que aqueles esperados, em razão das amplas quedas dos níveis de

fecundidade ali ocorridas, é que a estrutura etária da região é constantemente rejuvenescida pelos fluxos migratórios que para lá ocorrem. Esses fluxos migratórios são essencialmente constituídos por populações em idades ativas, tendendo a mais do que compensar o efeito de envelhecimento promovido pela queda da fecundidade. Ademais, uma parcela substantiva da migração de retorno observada na região é constituída por populações de idades médias mais elevadas do que a dos imigrantes, atenuando ainda mais o efeito envelhecimento populacional.²

O efeito inverso é verdadeiro no que concerne a outras regiões. Na medida em que os fluxos emigratórios são seletivos por idade, as regiões perdedoras de população são aquelas nas quais a maior fração de emigrantes é constituída por populações jovens, em idades ativas, o que amplia o envelhecimento regional. Ademais quando são amplos os movimentos migratórios envolvendo não apenas indivíduos, mas, também, suas famílias, este processo é mais intenso, já que as crianças acompanham seus jovens pais, deixando de migrar apenas os mais idosos. Se a região de emigração tender a receber fluxos de retorno marcadamente constituídos por idosos, então mais amplo ainda será o envelhecimento de sua população.

A distribuição espacial da população idosa mostra que, por exemplo, os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba encontram-se entre aqueles nos quais as proporções de idosos são as mais elevadas do País, o mesmo ocorrendo com o estado do Rio de Janeiro. Apesar de em todos estes estados a queda da fecundidade ter contribuído para o envelhecimento demográfico, a migração constitui-se em fator adicional, mas com papéis distintos: nos estados nordestinos o envelhecimento adicional associa-se às emigrações, enquanto no Rio de Janeiro tal incremento se deveria às imigrações.

É no primeiro sentido, o das migrações contrapondo-se ao envelhecimento populacional, que se desenvolveu, em nível dos países desenvolvidos altamente envelhecidos, o conceito de *replacement migration*, concebida como a migração que minoraria os problemas do envelhecimento populacional, particularmente em termos de aliviar a escassez de mão de obra, especialmente de trabalhadores qualificados.

2 Vide, entre outros, os trabalhos do I Encontro Nacional sobre Migração (1997) e II Encontro Nacional sobre Migração (1999).

A temática da *replacement migration* é hoje um dos temas centrais das discussões do envelhecimento populacional nos países desenvolvidos. Tendo em conta o amplo crescimento da população em idade ativa no Brasil, tal problema não se coloca para a política pública, que não o da preocupação com a qualificação da mão de obra.

Do ponto de vista dos movimentos migratórios é usual modelar os movimentos migratórios com base no modelo gravitacional. Tal modelo postula que os espaços mais densamente povoados são aqueles que tenderiam a movimentar maior volume de população. Entretanto, a distância entre os espaços nos quais as populações se movimentam constitui-se iam em fricções redutoras do movimento. Como se verá adiante, ainda que verdadeiro para a maioria dos casos, quando se avalia o impacto da previdência rural para a mobilidade dos idosos no Sul e Nordeste do Brasil, o modelo não se aplica tão adequadamente

Em termos econômicos, a modelagem dos movimentos migratórios tende a perceber a migração a partir da maximização da utilidade individual, ponderando-se os custos e benefícios da atual localização versus os custos e benefícios de outras localizações alternativas.

No que diz respeito à migração de idosos é usual incorporar o efeito gerado pela aposentadoria, uma vez que a mesma antecipa eventuais movimentos de mudança, ao modificarem os níveis de renda dos idosos e os mesmos se afastarem da rigidez do mercado de trabalho.

Um bom exemplo de uma das facetas de como a política previdenciária afeta a (i) mobilidade dos mais velhos é dado pelo trabalho desenvolvido por Delgado e Cardoso Jr. (2000) referente à previdência rural. Em uma pesquisa de campo, realizada em 300 municípios das regiões Nordeste e Sul, nos quais 20 famílias que recebiam benefícios da previdência rural foram entrevistadas, os autores encontram que 73% das famílias não realizaram movimentos migratórios após o recebimento do benefício, sugerindo que tal política constituiria fator de fixação do beneficiário à sua atual área de residência. Dos 27% que migraram, os autores afirmam que 83% permaneceram no mesmo município e o restante, em sua grande maioria (90%) permaneceu no próprio estado.³

Na Tabela 6 reproduzimos algumas características dos fluxos migratórios detectados na pesquisa

Tabela 6 - Regiões Nordeste e Sul - Fluxos Migratórios, segundo origem e destino (em percentagem de domicílios)

Destino	Origem		Composição depois da Migração
	Zona Rural	Zona Urbana	
Região Nordeste			
Zona Rural	47,6	8,3	31,7
Zona Urbana	52,4	91,7	68,3
Total	1000	1000	100
Composição depois da Migração	59,4	40,6	100
Região Sul			
Zona Rural	31,5	8,1	21,2
Zona Urbana	68,5	91,9	78,8
Total	1000	1000	1000
Composição depois da Migração	56,2	43,8	1000

Fonte: Delgado, Cardoso Jr. (2000), Tabela 4.4

Observe-se que no caso do Nordeste 59,4% da população que efetuou pelo menos um movimento migratório após o recebimento do benefício residia em áreas rurais anteriormente ao recebimento do mesmo e que, após a obtenção do benefício, apenas 31,7% permaneceram residindo em áreas rurais. Esta mudança das áreas rurais para as áreas urbanas foi mais intensa na região Sul, onde o percentual de residentes rurais declinou de 56,2%, anteriormente ao recebimento do benefício, para, apenas, 21,2%, após a sua obtenção.

Os resultados da Tabela 6 mostram, também, que, no Nordeste 52,4% das famílias domiciliadas nas áreas rurais mudaram-se para as áreas urbanas (este percentual é mais elevado no Sul - 68,5%) e que apenas 8,3% das famílias com residência urbana, após o recebimento do benefício, mudaram-se para as áreas rurais.

Na Tabela 7, restringimos as informações adicionais dos autores ao caso do Nordeste. Nela os fluxos migratórios são distribuídos segundo as categorias de tamanhos dos municípios envolvidos.

³ Dos homens e mulheres nordestinos beneficiários 93% tinham mais de 55 anos, e, no Sul, essa proporção era de 92,6%.

Tabela 7 - Região Nordeste – Fluxos migratórios segundo o tamanho populacional dos municípios de origem e destino

Destino	O r i g e m					Total
	Até 25 mil hab.	25 a 50 mil hab.	50 a 100 mil hab.	100 a 200 mil hab.	Mais de 200 mil hab.	
Até 25 mil hab.	94,9	10,5	12,0	16,1	8,0	
25 a 50 mil hab.	2,1	86,9	1,0	0,0	8,0	
50 a 100 mil hab.	0,9	0,7	85,0	3,2	0,0	
100 a 200 mil hab.	0,7	1,3	2,0	77,4	4,0	
Mais de 200 mil hab.	1,4	0,7	0,0	3,2	80,0	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	91,9
Composição populacional dos municípios	59,9	19,7	12,3	81 ⁽¹⁾		
Composição populacional acumulada	59,9	79,5	91,9	100,0		

Fonte: Delgado, Cardoso Jr. (2000), Tabela 4.5

Nota: (1) Dos municípios visitados no Nordeste, 8,13% têm mais de 100 mil habitantes

A avaliação da diagonal da tabela mostra que as tendências dos movimentos migratórios crescem com o tamanho dos municípios de origem dos beneficiários, tendendo os mesmos a permanecerem mais em seus municípios quando os mesmos são de dimensões modestas. É interessante observar que nada menos do que 22,6% dos beneficiários, que antes do recebimento de seus benefícios residiam em municípios entre 100 e 200 mil habitantes, deixaram-nos depois de ter recebido o benefício. Significativo é o fato de que mais de 70% decidiram residir em municípios com menos de 25 mil habitantes. Movimento de natureza semelhante ocorre em relação aos beneficiários que residiam em municípios acima de 200 mil habitantes anteriormente à obtenção do benefício. Nessa faixa de tamanho, a redistribuição entre municípios de menor tamanho é menos concentrada.

A tendência dos beneficiários em se fixarem em municípios de menor dimensão é reforçada pelo fato de que é muito modesta a proporção daqueles egressos de municípios menores que se localizam em municípios de dimensões maiores.

Em síntese, o conjunto de resultados da pesquisa aponta na direção de que os benefícios da previdência rural

tendem a se constituir em elemento de retenção da população idosa em seus locais de residência anterior à concessão do benefício e, quando o mesmo contribui para a migração destes idosos, ela os leva, proporcionalmente mais, para os municípios menores

Conclusões

O processo de envelhecimento da população brasileira é um dos mais intensos no conjunto de países mais populosos do mundo. Uma das mais importantes características deste processo é amplo crescimento da população idosa, com a conseqüente ampliação de sua participação no total da população nacional, movimento este que é acompanhado por um amplo diferencial entre homens e mulheres e de envelhecimento da população idosa. O envelhecimento da população brasileira não é espacialmente homogêneo, em parte devido às diferenças nos níveis iniciais e na velocidade da queda da fecundidade, mas também em razão dos movimentos migratórios que tendem a rejuvenescer as populações que recebem os migrantes e envelhecer as populações que os perdem.

Nos países desenvolvidos onde os níveis de envelhecimento são elevados a *replacement migration* é concebida como uma forma de se contrabalançar a escassez de mão de obra, principalmente a qualificada, gerada pelo envelhecimento demográfico. Na análise dos movimentos migratórios dos idosos é usual incorporar os impactos da previdência sobre a mobilidade deste contingente populacional. Resultados referentes aos efeitos da previdência rural sobre a migração da população nordestina idosa sugerem que a concessão do benefício contribui para a fixação dos idosos em seus locais de origem e, quando os movimentos ocorrem, eles tendem a manterem-se dentro do próprio município e, também que, quando tais movimentos são intermunicipais, eles se dão muito mais dos municípios maiores para os municípios menores.

Bibliografia

ABEP-IPARDES. I Encontro Nacional sobre Migração: a migração no Brasil contemporâneo. Curitiba, 1997.

ABEP. ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 2, 1999, Ouro Preto. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2000.

- CARVALHO, José Alberto M. de. *Fecundidade e Mortalidade no Brasil, 1960/1970*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1978.
- ____; WONG, Laura R. *A window of opportunity: some demographic and socioeconomic implications of the rapid fertility decline in Brazil*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1995.
- DELGADO, Guilherme C.; CARDOSO Jr., José Celso. *A Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90*. Brasília: IPEA, 2000.
- IBGE. *Projeção da População do Brasil para o período 1980-2020*. Rio de Janeiro: IBGE-DEPIS, 1997, mimeo.
- ____. *Sumários Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- MOREIRA, Morvan de M. Envelhecimento da população brasileira em nível regional: 1995-2050. IN: ABEP. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1998b, (CD-ROM).
- ____. *Envelhecimento da População Brasileira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG, 1997, Tese de Doutorado.
- ____. Envelhecimento da população brasileira: intensidade, feminização e dependência. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v.15, n.1, jan./jun. 1998, p.79-93.
- UNITED NATIONS. *Replacement Migration: is it a solution to declining and ageing population?* New York: United Nations Population Division, 2001.
- ____. *The Sex and Age Distribution of Populations: the 2000 revision, volume II: the sex and age distribution of the world population*. New York, 2001.